



## **POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSETORIAIS EM CONTEXTOS DE INJUSTIÇA AMBIENTAL: O CASO DOS CCAICs NA BAIXADA FLUMINENSE**

Priscila Cardoso Moraes de Souza<sup>1</sup>; Elza Maria Neffa Vieira de Castro<sup>2</sup>; Luiz Alberto de Lima Leandro<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Instituto Federal do Rio de Janeiro, [priscila.moraes@ifrj.edu.br](mailto:priscila.moraes@ifrj.edu.br)

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [elzaneffa@gmail.com](mailto:elzaneffa@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [luizleandro@ufrj.br](mailto:luizleandro@ufrj.br)

### **GT 2: Abordagens Participativas para o Enfrentamento de Desigualdades Sociais e Emergência Climática**

#### **RESUMO**

Este artigo analisa a experiência do modelo CCAIC (Creche Centro de Atendimento à Infância Caxiense), desenvolvido em Duque de Caxias (RJ), como política pública intersetorial voltada à mitigação da desnutrição infantil em contextos de vulnerabilidade socioambiental. A pesquisa, de natureza qualitativa e orientada pela Ecologia Política, adota o estudo de caso como estratégia metodológica e estrutura-se a partir de quatro categorias analíticas: vulnerabilidade socioambiental, inclusão social, políticas públicas e justiça ambiental. Com base em uma análise de conteúdo qualitativa, foram sistematizados dezesseis apontamentos metodológicos que revelam diretrizes operacionais para o planejamento e implementação de políticas públicas integradas. Os resultados demonstram que a intersetorialidade, quando ancorada na participação social e no reconhecimento dos saberes locais, potencializa a efetividade de ações públicas em territórios historicamente excluídos.

**Palavras-chave:** Justiça ambiental; Políticas públicas; Intersetorialidade; Vulnerabilidade socioambiental; Inclusão social.

#### **Destaques (highlights):**

- A experiência dos CCAICs demonstra como políticas públicas intersetoriais podem promover justiça ambiental em territórios marcados por vulnerabilidades.
- Foram identificados dezesseis apontamentos metodológicos a partir da Análise de Conteúdo Qualitativa Estruturada, integrando teoria e prática.
- A escuta territorial e a mobilização comunitária fortalecem a intersetorialidade e garantem maior efetividade e permanência das políticas públicas.
- A matriz analítica evidencia a interdependência entre vulnerabilidade socioambiental, inclusão social, políticas públicas e justiça ambiental.



## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado dedicada à análise da potência social que emerge em contextos de vulnerabilidades socioambientais no entorno da Baía de Guanabara, com foco no município de Duque de Caxias (RJ). Por meio de um estudo de caso, investiga-se o modelo das unidades escolares denominadas Creches Centros de Atendimento à Infância Caxiense (CCAICs), concebidas a partir de mobilizações comunitárias para o enfrentamento da desnutrição infantil e da insegurança alimentar, manifestações recorrentes da vulnerabilidade socioambiental na região.

A investigação analisa o processo histórico de consolidação dessa política pública intersetorial de saúde e educação, evidenciando os mecanismos empreendidos pelas forças comunitárias locais e avaliando as metodologias e estratégias adotadas no modelo. Considera-se, ainda, a possibilidade de replicação dos CCAICs em outros contextos territoriais marcados por realidades socioambientais análogas, com vistas à elaboração de políticas públicas voltadas à promoção da inclusão social e ao fortalecimento de direitos fundamentais, como saúde, educação e moradia.

A pesquisa insere-se no campo dos estudos ambientais críticos, cujo ponto de partida é a constatação de que os discursos, teorias e práticas tradicionais tendem a reforçar a dicotomia entre sociedade e natureza, dificultando uma compreensão integrada das dimensões econômicas, políticas e socioculturais envolvidas na complexidade socioambiental dos territórios. No caso da Baía de Guanabara, os processos históricos de degradação ambiental intensificaram as desigualdades sociais e territoriais, exigindo abordagens interdisciplinares para o enfrentamento de seus desafios.

Superar a fragmentação epistemológica requer um olhar que reconheça a interdependência entre os sistemas naturais e sociais. Dawbor (2017) defende que a realidade não pode ser compreendida a partir de recortes disciplinares isolados, sendo necessário adotar uma perspectiva sistêmica e integrada, capaz de articular os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Nesse contexto, a carência de políticas públicas voltadas à superação das vulnerabilidades que atingem os municípios do entorno da Baía de Guanabara, especialmente na Baixada Fluminense, revela as contradições do modelo capitalista, que produz e perpetua



desigualdades socioambientais. Paralelamente, observa-se o surgimento de experiências locais que expressam estratégias de inclusão social gestadas no seio das comunidades afetadas.

A bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, situada em uma das regiões urbanas mais densamente povoadas do país, abriga mais de 70% da população fluminense e grande parte do parque industrial estadual. O uso intensivo do solo e as intervenções em seus cursos d'água desde o final do século XIX resultaram em profundas transformações ambientais e sociais, com impactos significativos para os territórios (Rangel; Oliveira, 2013).

A presente pesquisa integra os estudos desenvolvidos em um Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e tem como horizonte a formação de profissionais e pesquisadores capazes de compreender os problemas ambientais sob uma ótica sistêmica, articulando dimensões ecológicas, sociais e políticas. Visa também contribuir para a construção de políticas públicas orientadas à segurança alimentar, hídrica e energética, com base na justiça socioambiental.

A problemática da investigação emerge da percepção das múltiplas formas de vulnerabilidade que coexistem em Duque de Caxias, município com elevado Produto Interno Bruto (PIB) e forte presença industrial, mas também marcado por bolsões de pobreza e precária infraestrutura urbana e rural (Duque de Caxias, 2012). A subnutrição infantil em seus quatro distritos, associada à poluição atmosférica, ao déficit de saneamento básico e ao desabastecimento de água, expressa um quadro de injustiça ambiental que desafia a ação do poder público.

Em resposta a esse cenário, a mobilização comunitária deu origem ao modelo dos CCAICs, concebidos como unidades escolares destinadas ao atendimento exclusivo de crianças de 0 a 5 anos em situação de desnutrição. Essas unidades são fruto de iniciativas como os Mutirões de Combate à Desnutrição Materno-Infantil e Direito à Infância de Duque de Caxias, desenvolvidos desde o início dos anos 2000.

Diante desse contexto, o estudo busca responder às seguintes questões: (a) quais mecanismos históricos e comunitários contribuíram para a implementação dos CCAICs como política pública intersetorial em Duque de Caxias? (b) quais metodologias, estratégias e formas de gestão caracterizam os CCAICs como unidades escolares especializadas no atendimento a crianças em situação de desnutrição?; e (c) em que medida o modelo dos CCAICs pode ser



replicado em contextos socioambientais semelhantes, considerando suas potencialidades e fragilidades?

Assim, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar as metodologias e estratégias adotadas no modelo CCAIC, enquanto política pública originada a partir de ações comunitárias voltadas à mitigação de vulnerabilidades socioambientais relacionadas à insegurança alimentar, com o intuito de identificar subsídios metodológicos para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas em territórios marcados por desigualdades semelhantes.

## **METODOLOGIA**

Esta investigação adota o estudo de caso como estratégia metodológica. Leandro, Neffa e Neffa (2023) ressaltam que essa abordagem parte da observação concreta da realidade, apresentando flexibilidade e adequação às especificidades do objeto estudado, por ser apropriado à análise de fenômenos contemporâneos em contextos complexos, onde não é possível controlar variáveis relevantes.

A escolha fundamenta-se na necessidade de compreender o processo de consolidação do modelo CCAIC como política pública intersetorial de saúde e educação, no contexto das vulnerabilidades socioambientais do entorno da Baía de Guanabara. A abordagem qualitativa favorece a análise das articulações entre práticas comunitárias e políticas públicas voltadas à mitigação da insegurança alimentar infantil.

O estudo foi realizado em três etapas: (1) revisão sistemática e delimitação do objeto; (2) levantamento documental e bibliográfico; e (3) análise interpretativa à luz de categorias teóricas (Minayo et al., 2016).

Teoricamente, ancora-se na Ecologia Política (Martínez-Alier, 2001) que articula ecologia, ciência política e ciências sociais para compreender conflitos socioambientais, desigualdades na gestão de recursos e impactos desproporcionais sobre grupos vulneráveis. A metodologia busca, assim, apreender as condições históricas, sociais e ambientais que deram origem ao modelo CCAIC como resposta comunitária às injustiças ambientais da Baixada Fluminense.

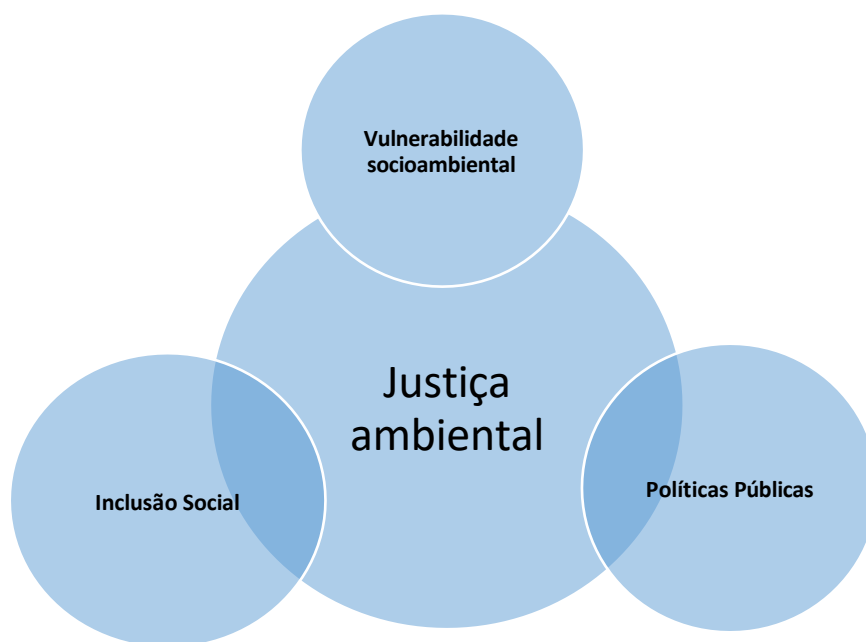
Leandro, Neffa e Neffa (2023) defendem que as categorias de análise possibilitam a compreensão da realidade social concreta em determinado contexto histórico, constituindo-se



como recurso metodológico fundamental para a condução e a fundamentação teórica do estudo. Com elas, é possível acessar “as determinações que nos permitem penetrar no tecido mais profundo que compõe a realidade investigada” (Frigotto, 2008 apud Leandro; Neffa; Neffa, 2023, p. 54), conferindo organicidade à pesquisa, dada sua natureza dialética.

Neste trabalho, discutimos a articulação social como promotora da equidade e da justiça ambiental, com base em quatro categorias centrais: vulnerabilidade socioambiental, inclusão social e políticas públicas, que se articulam para a compreensão da categoria-síntese: justiça ambiental. O diálogo entre essas categorias, ancorado no referencial teórico-metodológico adotado, estrutura o quadro analítico do estudo, conforme representado na Figura 1.

**Figura 1** - Relação entre as categorias de análise



**Fonte:** A autora, Rio de Janeiro, 2023.



## RESULTADO E DISCUSSÃO

### Resultados e análise: apontamentos metodológicos para políticas públicas intersetoriais em contextos de vulnerabilidade socioambiental

A análise fundamentou-se na aplicação da Análise de Conteúdo Qualitativa Estruturada (Mayring, 2002), com base em documentos institucionais, registros técnicos e fontes produzidas ao longo da observação e investigação do modelo CCAIC no entorno da Baía de Guanabara. A partir da codificação sistemática desse material, foram organizados dezesseis apontamentos metodológicos, ancorados nas categorias de vulnerabilidade socioambiental, inclusão social, políticas públicas e justiça ambiental, tendo a intersectorialidade como eixo estruturante. A triangulação entre teoria e prática conferiu densidade empírica e validade às diretrizes sistematizadas.

O primeiro apontamento trata da elaboração de diagnósticos multidimensionais, integrando indicadores sociais, ambientais e nutricionais, como base para políticas públicas mais equitativas. A experiência do CCAIC evidencia que leituras fragmentadas da problemática da insegurança alimentar em contextos de vulnerabilidade socioambiental comprometem a eficácia das ações, reforçando a importância de abordagens ampliadas (Alves, 2006). O segundo aponta o fortalecimento da intersectorialidade como condição para superar a fragmentação institucional, exigindo pactuação entre setores e corresponsabilidade (Souza, 2006).

O terceiro destaca a elaboração de planos interdisciplinares como meio de qualificar as respostas públicas, articulando saberes diversos de forma contextualizada (Wanderley et al., 2020). Já o quarto ressalta a necessidade de regulamentação técnica e transparente dos critérios de acesso, garantindo equidade e legitimidade às políticas (Costa; Ianni, 2018).

A criação de Comissões Locais de Acompanhamento e Avaliação (quinto apontamento) é entendida como essencial para fortalecer o controle social e a sustentabilidade das ações. O sexto evidencia que a formação continuada de equipes multiprofissionais garante maior efetividade e estabilidade institucional (Souza, 2006; Porto, 2016).

O sétimo apontamento reforça a participação das famílias como condição para inclusão social e coautoria das políticas (Sawaia, 2001). O oitavo propõe ampliar parcerias com



universidades e organizações da sociedade civil, valorizando a produção de conhecimento situado e territorializado (Porto et al., 2013).

O nono destaca a importância de financiamento contínuo para garantir a permanência institucional das ações, enquanto o décimo defende a formalização das iniciativas como política pública, assegurando sua estabilidade normativa (Porto, 2016). A ampliação da participação social nos processos decisórios (décimo primeiro apontamento) também se revela essencial à legitimidade das ações.

O décimo segundo propõe o apoio à agricultura urbana e familiar como estratégia de segurança alimentar e sustentabilidade (Porto et al., 2013). Já o décimo terceiro valoriza o cooperativismo e a economia solidária como alternativas ao assistencialismo, promovendo autonomia e redes comunitárias (Porto, 2016).

O décimo quarto aponta a criação de incubadoras de cooperativas como mecanismo de apoio institucional à economia solidária, fortalecendo o enfrentamento da desigualdade e da injustiça ambiental (Acserald et al, 2009). O décimo quinto propõe a incorporação de processos de monitoramento e avaliação participativa, reforçando a transparência e a justiça<sup>7</sup> (Souza, 2006).

Por fim, o décimo sexto recomenda o alinhamento entre os planejamentos municipais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), potencializando sinergias institucionais e fortalecendo a justiça redistributiva.

Os apontamentos metodológicos sistematizados ao longo desta pesquisa compõem uma matriz analítica e operacional com elevado potencial de replicação em diferentes territórios vulnerabilizados do país. Essa matriz está ancorada na articulação entre teoria e prática, construída a partir da experiência empírica do modelo CCAIC em Duque de Caxias (RJ), e oferece diretrizes que funcionam como ferramentas de planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas integradas. Orientados por princípios de equidade, participação social e justiça ambiental, esses apontamentos reafirmam a possibilidade concreta de estruturar políticas públicas duradouras e coerentes com os desafios impostos pelos contextos de exclusão múltipla (Souza, 2006).

A elaboração desses apontamentos demonstrou caráter propositivo e capacidade de inspirar o aprimoramento de políticas públicas que, partindo do reconhecimento das



desigualdades estruturais, promovam caminhos efetivos para a justiça ambiental em cenários marcados por degradação e negligência histórica. Nesse sentido, contribuem não apenas para a atuação local, mas também para fortalecer pesquisas interdisciplinares voltadas à superação das múltiplas vulnerabilidades socioambientais (Porto et al., 2013).

As diretrizes aqui formuladas reivindicam, por um lado, respostas imediatas e operacionais às demandas urgentes dos territórios, mas, por outro, exigem também uma reestruturação profunda das bases institucionais e políticas que sustentam desigualdades socioespaciais e processos contínuos de invisibilização. Isso implica reconhecer que a superação da vulnerabilidade não se resolve apenas com políticas pontuais, mas com estratégias articuladas entre saberes científicos, ação pública e práticas sociais locais (Sawaia, 2001; Santos, 2013). Reafirma-se, assim, que esforços contínuos e intersetoriais e são indispensáveis para enfrentar a complexidade das questões analisadas, conforme também argumenta Dawbor (2017).

A leitura integrada dos apontamentos indica que a mitigação da insegurança alimentar e da desnutrição infantil demanda uma abordagem multissetorial e relacional, que articule os sistemas alimentar, educacional, sanitário e socioassistencial, sem reduzi-los à lógica compensatória. Trata-se de promover uma transformação estrutural que beneficie as gerações presentes e futuras, nos termos defendidos pelos movimentos por justiça ambiental e justiça social (Acserald et al, 2009). Planejar políticas públicas com base nessa intersecção implica reconhecer que as vulnerabilidades enfrentadas por populações historicamente marginalizadas não são apenas resultado da escassez de recursos, mas da reprodução de desigualdades que atravessam dimensões econômicas, políticas, culturais e ambientais.

Além disso, os apontamentos metodológicos sistematizados oferecem base concreta para a multiplicação do modelo CCAIC em outros territórios com características socioambientais semelhantes, desde que respeitadas as especificidades locais e fortalecida a perspectiva interdisciplinar. Ao deslocar o debate sobre desnutrição infantil e insegurança alimentar do campo exclusivamente técnico para o campo socioambiental, a pesquisa contribui para uma compreensão mais complexa e crítica do problema. Essa mudança de perspectiva reforça o entendimento de que tais fenômenos não decorrem unicamente da insuficiência na



oferta de alimentos, mas estão enraizados em contextos estruturais de injustiça ambiental e social (Martínez-Alier, 2001; Porto, 2016).

Portanto, a experiência analisada reafirma que políticas públicas sensíveis às desigualdades estruturais, enraizadas nos territórios e orientadas pelos princípios da justiça ambiental, são não apenas viáveis, como imprescindíveis. Elas devem ser sustentadas por marcos normativos estáveis, participação social efetiva e articulação intersetorial constante. Os apontamentos aqui desenvolvidos contribuem para esse horizonte, ao oferecer subsídios teórico-práticos que orientam a construção de ações públicas capazes de promover dignidade, justiça e transformação nos territórios historicamente invisibilizados do Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da experiência do modelo CCAIC, desenvolvido em Duque de Caxias (RJ), revela o potencial transformador de políticas públicas intersetoriais construídas a partir da escuta ativa dos territórios e da mobilização comunitária. A articulação entre os setores de saúde, educação e assistência social, quando orientada pela corresponsabilidade entre Estado e sociedade civil, configura-se como um caminho estratégico para o enfrentamento das múltiplas expressões da vulnerabilidade socioambiental e para a formulação de respostas ancoradas na justiça ambiental (Souza, 2006; Acserald et al, 2009).

Nesse contexto, compreende-se que a implantação de unidades escolares especializadas no atendimento integral a crianças em situação de desnutrição demanda, à luz da Ecologia Política, uma abordagem participativa e integrada, pautada pela articulação entre justiça social e ambiental (Martínez-Alier, 2001). Tal abordagem deve ir além da remediação dos sintomas imediatos da desnutrição, enfrentando os condicionantes estruturais que perpetuam desigualdades, injustiças e vulnerabilidades sociais e territoriais (Dawbor, 2017).

A adoção dessa perspectiva implica reconhecer que respostas duradouras e efetivas exigem políticas públicas concebidas com base em diagnósticos multidimensionais, ações interdisciplinares e estratégias de médio e longo prazos, voltadas à superação de desigualdades históricas (Alves, 2006; Minayo et al., 2016). Nessa direção, os dezesseis apontamentos metodológicos sistematizados ao longo da pesquisa expressam o entrelaçamento das quatro categorias analíticas centrais, vulnerabilidade socioambiental, inclusão social, políticas



públicas e justiça ambiental, estruturadas pela intersectorialidade como eixo articulador (Leandro; Neffa; Neffa, 2023).

A categoria vulnerabilidade socioambiental manifesta-se de forma contundente na análise das desigualdades que afetam os territórios investigados, demandando abordagens capazes de compreender a complexidade das exclusões e os efeitos cumulativos da degradação ambiental sobre populações historicamente marginalizadas (Acserald et al, 2009; Rangel; Oliveira, 2013). A experiência do CCAIC indica que, ao incorporar essa compreensão, unidades escolares podem atuar como dispositivos institucionais relevantes na reversão de processos de invisibilização, ampliando o acesso efetivo a direitos fundamentais e promovendo a dignidade nos territórios.

A categoria *inclusão social*, por sua vez, adquire materialidade nas práticas educativas, nutricionais e de acolhimento desenvolvidas pelo modelo, demonstrando que políticas públicas voltadas à infância devem ultrapassar o caráter assistencial e assumir um compromisso transformador com as condições de vida das populações vulnerabilizadas (Sawaia, 2001). Nesse sentido, a inclusão é compreendida como superação de barreiras estruturais e não como mera integração a sistemas excludentes.

No que se refere às *políticas públicas*, o estudo reforça que sua efetividade em contextos marcados por desigualdades profundas depende de sua capacidade de articular intencionalidade política, institucionalização normativa e participação social. As diretrizes propostas apontam que a constituição de políticas públicas como políticas de Estado exige planejamento, estabilidade orçamentária, escuta territorial e mecanismos permanentes de avaliação, conforme argumentam Souza (2006) e Porto (2016).

Por fim, a categoria *justiça ambiental* emerge como eixo transversal de toda a proposta, ao reconhecer que a distribuição desigual dos impactos ambientais está diretamente relacionada à reprodução de desigualdades sociais (Acserald et al, 2009). A experiência analisada demonstra que é possível conceber modelos públicos capazes de conjugar proteção ambiental, equidade e dignidade, sobretudo quando ancorados em práticas participativas, saberes locais e princípios redistributivos.

A principal contribuição deste estudo reside na sistematização de um conjunto articulado de diretrizes teórico-metodológicas, ancoradas empiricamente na experiência do



modelo CCAIC, com elevado potencial de replicação em contextos territoriais marcados por vulnerabilidades múltiplas. Esses apontamentos operam como instrumentos analíticos e operacionais para formulação, implementação e avaliação de políticas públicas intersetoriais, orientadas por princípios de justiça ambiental, equidade e participação social. Ao reconhecer a intersectorialidade como eixo estruturante da ação pública, reafirma-se a necessidade de superar a fragmentação institucional que ainda caracteriza a gestão pública brasileira, propondo respostas integradas, sustentáveis e enraizadas na realidade dos territórios (Souza, 2006; Leandro; Neffa; Neffa, 2023).

Nesse horizonte, a trajetória dos CCAICs evidencia caminhos viáveis para a consolidação de políticas públicas territorializadas, construídas a partir da escuta ativa das comunidades e fundamentadas no compromisso ético com a dignidade e os direitos humanos. A experiência analisada articula teoria e prática, planejamento estratégico e mobilização social, reiterando que a transformação de territórios historicamente invisibilizados depende de políticas públicas formuladas com base em diagnósticos multidimensionais, guiadas por abordagens participativas e comprometidas com a redistribuição estrutural de oportunidades e cuidados (Acserald et al, 2009; Porto, 2016). Trata-se, portanto, de reafirmar a centralidade de uma ação pública coordenada, intersectorial e enraizada nas dinâmicas locais, como condição indispensável para a construção de sociedades mais justas, democráticas e ambientalmente sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

ACSERALD, H. MELLO, C.C. A; BEZERRA, G.N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALVES, H.P. da F. *Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais*, Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006.

COSTA, M.I.S., IANNI, A.M.Z. *Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica* [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, 122 p. ISBN: 978-85-68576-95-3. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788568576953>>. Acesso em: out 2024.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

DAWBOR, L. *A Era do Capital Improdutivo: A nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DUQUE DE CAXIAS. Prefeitura Municipal. Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. *Perfil nutricional e socioeconômico das crianças matriculadas nas Creches e Centros de Atendimento à Infância Caxiense (CCAIC) do Município de Duque de Caxias*. Duque de Caxias, RJ: DESANS, 2012. Disponível em: <<https://silo.tips/download/departamento-geral-de-segurana-alimentar-e-nutricional-sustentavel>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

LEANDRO, L.; NEFFA, E.; NEFFA, K. *Trilhas Metodológicas: Estratégias para Pesquisas Inter e Transdisciplinares*. Editora Appris, 2023.

MAYRING, P. Einführung in die qualitative Sozialforschung [Introdução à pesquisa social qualitativa]. 5 ed. Weinheim: Beltz, 2002. Disponível em: <http://www.unb.br> Acesso em: 10 abr 2023.

MARTINEZ-ALIER J. Justiça ambiental (local e global). In: Cavalcanti C. organizador. *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 2a Ed. São Paulo: Cortez Editora; 2001. p. 215-310.

MINAYO, M. C. S. et al. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PORTO, J. A Política Intersetorial de Atendimento Integral à Infância. In: *Direitos Sociais e Políticas Públicas II*. [Recurso eletrônico on-line]. XXIV Congresso Nacional do CONPEDI. Organização: CONPEDI/UnB/UCB/IDP/UDF; Coordenadores: Clilton Guimarães dos Santos, Ilton Garcia Da Costa, Juvêncio Borges Silva – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. (Org.). *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, 306 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788575415764>>. Acesso em: 14 maio 2024.

RANGEL, C. M. A.; BAPTISTA NETO, J.A; LIMA, L. G.; Oliveira, P. S. Speciation of Phosphorus in a Estuarine System Inside Guanabara Bay. *Journal of Coastal Research*, v. 65, 2013, p. 1194-1199.

SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

WANDERLEY, M. B; MARTINELLI, M. L.; PAZ, R. D. O. Intersectorialidade nas Políticas Públicas. *Soc.*, São Paulo, n. 137, p. 7-13, jan./abr. 2020.